

Centro Cultural e Desportivo Luis de Camões
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 511087519
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ATIVO				
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis			172 041,65	154.884,16
Bens do património histórico e artístico e cultural			0,00	0,00
Propriedades de investimento			0,00	0,00
Activos intangíveis			0,00	0,00
Investimentos financeiros			1 085,41	710,99
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			0,00	0,00
			173.127,06	155.595,15
Activo corrente				
Inventários			0,00	0,00
Clientes			0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores			0,00	0,00
Estado e outros entes públicos			0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			0,00	0,00
Outras contas a receber			0,00	0,00
Diferimentos			0,00	0,00
Outros activos financeiros			0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários			20 946,73	31.275,67
			20 946,73	31.275,67
Total do activo			194.073,79	186 870,82
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos			0,00	0,00
Excedentes técnicos			0,00	0,00
Reservas			0,00	0,00
Resultados transitados			21 853,64	22.933,06
Excedentes de revalorização			0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais			168 024,65	148.301,96
			189 878,29	171.235,02
Resultado líquido do período			-2 294,53	6 649,34
Total do fundo de capital			187 583,76	177 884,36
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões			0,00	0,00
Provisões específicas			0,00	0,00
Financiamentos obtidos			0,00	0,00
Outras contas a pagar			0,00	0,00
			0,00	0,00
Passivo corrente				
Fornecedores			195,20	0,00
Adiantamentos de Clientes			0,00	0,00
Estado e outros entes públicos			6 294,83	3 396,19
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			0,00	0,00
Financiamentos obtidos			0,00	0,00
Diferimentos			0,00	0,00
Outras contas a pagar			0,00	5.590,27
Outros passivos financeiros			0,00	0,00
			6.490,03	8.986,46
Total do passivo			6.490,03	8.986,46
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			194 073,79	186 870,82

A Direcção

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		510,00	701,50
Subsídios, doações e legados à exploração		200.875,81	172.945,16
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		51.724,42	41.049,30
Gastos com o pessoal		149.269,18	123.286,86
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		6.333,72	5.634,01
Outros gastos e perdas		200,00	566,93
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		6.525,93	14.377,58
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		8.797,01	7.728,24
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-2.271,08	6.649,34
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		23,45	0,00
Resultados antes de impostos		-2.294,53	6.649,34
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-2.294,53	6.649,34

Direção

CE

Centro Cultural e Desportivo Luis de Camões
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		9 698,38	0,00
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		80 008,32	0,00
Pagamentos ao pessoal		101 448,96	83 133,76
Caixa gerada pelas operações		-171 758,90	-83 133,76
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		161 429,96	94 341,01
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-10 328,94	11 207,25
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00	0,00
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-10 328,94	11 207,25
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		31.275,67	20.068,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período		20.946,73	31.275,67

A Direcção

cc



Centro Cultural e Desportivo Luis de Camões

Anexo

30 de março de 2022

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	16
5	Activos Fixos Tangíveis	16
6	Activos Intangíveis.....	17
7	Locações	19
8	Custos de Empréstimos Obtidos	19
9	Inventários	19
10	Rédito	20
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	20
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	20
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	20
14	Imposto sobre o Rendimento	20
15	Benefícios dos empregados	20
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	21
17	Outras Informações.....	21
17.1	Investimentos Financeiros	21
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	21
17.3	Clientes e Utentes	21
17.4	Outras contas a receber	22
17.5	Diferimentos	22
17.6	Outros Activos Financeiros.....	22
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	22
17.8	Fundos Patrimoniais.....	22
17.9	Fornecedores	23
17.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	23
17.11	Outras Contas a Pagar.....	23
17.12	Outros Passivos Financeiros.....	24
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	24

17.14 Fornecimentos e serviços externos.....	24
17.15 Outros rendimentos e ganhos	24
17.16 Outros gastos e perdas	25
17.17 Resultados Financeiros.....	25
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	25

1 Identificação da Entidade

A "Centro Cultural e Desportivo Luis de Camões" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "associação de solidariedade social" com estatutos publicados no JORAM II Série nº 84, 30 de Abril de 1998, com sede em Avenida Luis de Camões Bairro do Hospital - Bloco 14 Cave. Tem como objetivo através da realização de natureza recreativa, cultural, desportiva e social , o aproveitamento dos tempos livres , sem quaisquer fins lucrativos , da população do Bairro do Hospital e zonas envolventes da Freguesia de São Pedro

Para realização dos seus objetivos a instituição propõe-se criar e manter:

- a) Animação recreativa, ocupação de tempos livres e atividade desportiva.
- b) Atividades de carater social nomeadamente apoio a crianças, jovens e idosos
- c) Atividade no âmbito do emprego e qualificação profissional nomeadamente sistemas de informação, cursos de formação e participação em programas de ocupação profissional
- d) Realização de conferências, exposições e outras atividades de caracter cultural

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para

Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflecte a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adopção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados". Assim, os efeitos provenientes da adopção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2011) foram registados em "Fundos Patrimoniais" e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	50505,34
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	207809,63
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	207.809,63
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	258.314,97

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	-3115,29
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	-3.115,29

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir

consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	50

Edifícios e outras construções	
Equipamento básico	
Equipamento de transporte	
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	4
Outros Activos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Activos Intangíveis

Os "Activos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	
Outros Activos Intangíveis	

O valor residual de um "Activo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram

com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

Centro Cultural e Desportivo Luis de Camões
Avenida Luis de Camões
Bairro do Hospital - Bloco 14 Cave
NIF:511087519 - Publicação em Diário da República

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

E/ou

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	272830,28					276.799,00
Equipamento básico	34889,39		56,09			52.480,53
Equipamento de transporte	31063,72					31.063,72
Equipamento biológico	61.715,72					0,00

Equipamento administrativo	62884,97					65.225,72
Outros Activos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	463.384,08	0,00	56,09	0,00	0,00	425.568,97
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	76887,27	8041,40				138.081,50
Equipamento básico	34833,30					40.332,64
Equipamento de transporte	31063,72					31.063,72
Equipamento biológico	60.485,95					0,00
Equipamento administrativo	52627,00	3554,11				61.206,95
Outros Activos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	255.897,24	11.595,51	0,00	0,00	0,00	270.684,81

	2021					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	276.799,00					291.733,00
Equipamento básico	52.480,53					63.501,03
Equipamento de transporte	31.063,72					31.063,72
Equipamento biológico	65.225,72					65.225,72
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Activos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	425.568,97	0,00	0,00	0,00	0,00	451.523,47
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	138.081,50	5.128,96				143.210,46
Equipamento básico	40.332,64					42.960,47
Equipamento de transporte	31.063,72					31.063,72
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	61.206,95	1.040,22				62.247,17
Outros Activos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	270.684,81	6.169,18	0,00	0,00	0,00	279.481,82

6 Activos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Activos Intangíveis" do domínio público:

Descrição

Outros Activos Intangíveis

Centro Cultural e Desportivo Luis de Camões
Avenida Luis de Camões
Bairro do Hospital - Bloco 14 Cave
NIF:511087519 - Publicação em Diário da República

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2020					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	854,85					854,85
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	854,85	0,00	0,00	0,00	0,00	854,85
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	2020			
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Activos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	854,85					854,85
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00

Total	854,85	0,00	0,00	0,00	0,00	854,85
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2021			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Activos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Locações

8 Custos de Empréstimos Obtidos

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020				2021		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				0,00			0,00
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	0,00	119,50
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	510,00	582,00
Quotas e jóias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	510,00	701,50

11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2021	2020
Subsídios do Governo		
Apoios do Governo		
Total	0,00	0,00

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2021	2020
IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
Total	0,00	0,00

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos é de 5, não usufruindo de qualquer remuneração pelo desempenho das suas funções.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade no ano de 2021 foi de 6.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	122.148,00	101.686,59
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	25.517,61	20.326,54
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.443,56	1.177,78
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	129,67	77,80
Total	149.238,84	123.268,71

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	0,00	0,00

17.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

17.6 Outros Activos Financeiros**17.7 Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2020
Caixa	480,98	111,00
Depósitos à ordem	20.465,75	31.164,67
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	20.465,75	31.275,67

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	22.933,06	0,00	1.079,42	21.853,64
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	148.301,96	19.722,69	0,00	168.024,65
Total	171.235,02	19.722,69	1.079,42	197.607,05

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	195,20	0,00
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	195,20	0,00

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social	5.254,83	2.694,19
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	5.254,83	2.694,19

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		0,00		0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

17.12 Outros Passivos Financeiros**17.13 Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	180.597,10	163.556,19
Subsídios de outras entidades	11.387,44	5.198,84
Doações e heranças	8.891,27	9.783,40
Legados	0,00	0,00
Total	200.875,81	178.538,43

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	8.598,67	7.316,24
Materiais	6.651,97	2.678,06
Energia e fluidos	2.626,35	3.345,92
Deslocações, estadas e transportes	10,50	48,55
Serviços diversos	33.836,93	27.660,53
Total	51.724,42	41.049,30

17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	101,91	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	6.231,81	5.634,01
Total	6.333,72	5.634,01

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	0,00	566,93
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Divídas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	200,00	0,00
Total	200,00	566,93

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	23,45	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	23,45	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-23,45	0,00

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2021 foram aprovadas Direção em 30/03/2022.

Funchal, 30 de março de 2022

A Direção

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados			
Custo das vendas e dos serviços prestados		181 107,10	173 646,66
		0,00	0,00
Resultado Bruto		181 107,10	173 646,66
Outros Rendimentos			
Gastos de distribuição		26 612,43	5 634,01
Gastos administrativos		10,50	48,55
Gastos de investigação e desenvolvimento		200 983,10	124 683,16
Outros Gastos		0,00	0,00
		8 997,01	47 899,62
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		-2 271,08	6 649,34
Gastos de financiamento (liquidos)			
		23,45	0,00
Resultado antes de impostos		-2 294,53	6 649,34
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado liquido do período		-2 294,53	6 649,34

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais
Entidade: CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO LUÍS DE CAMÕES

2020										VALORES EM EURS	
DEMOSNTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDAÇÃO) DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO											
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade mãe	
										Total	Interesses minoritários
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N.º 1		0,00	0,00	0,00	21 462,35	0,00	0,00	143 348,57	1 470,71	166 281,63	0,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Reversão do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
2		0,00	0,00	0,00	1 470,71	0,00	0,00	4 953,39	-1 470,71	4 953,39	0,00
3		0,00									
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											
4											
RESULTADO EXTENSIVO											
5											
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Outras operações											
6											
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N.º 1 6=1+2+3+5		0,00	0,00	0,00	22 933,06	0,00	0,00	148 301,96	6 649,34	177 884,36	0,00

O Contabilista Certificado

A Direção

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais
Entidade : CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO LUÍS DE CAMÕES

DEMOSNTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADE) DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO

2021

VALORES EM LÚDOS

DESCRÇÃO	Notas	Fundos	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses minoritários	Total dos fundos Patrimoniais
			Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	1	0,00	0,00	0,00	22 933,06	0,00	0,00	148 301,96	6 649,34	0,00	177 884,36
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											0,00
Alterações de políticas contabilísticas											0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis											0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											0,00
Ajustamentos por impostos diferidos											0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											0,00
	2	0,00	0,00	0,00	-1 079,42	0,00	0,00	19 722,69	-6 649,34	0,00	11 993,93
	3				-1 079,42			19 722,69	-6 649,34	0,00	11 993,93
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									-2 294,53		-2 294,53
RESULTADO EXTENSIVO	4+2+3								-8 943,87		9 699,40
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											0,00
Fundos											0,00
Subsídios, doações e legados											0,00
Outras operações											0,00
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N 6+1+2+3+5	6+1+2+3+5	0,00	0,00	0,00	21 853,64	0,00	0,00	168 024,65	-2 294,53	0,00	187 583,76

Direção

O Contabilista Certificado

4

ATAS

Folha 20
Nº do livro 1

Ata nº9 (nove)

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, pelas dezoito horas e trinta minutos, realizou-se na Avenida Luís de Camões bloco 12 R/C a Assembleia Geral da associação Centro Luís de Camões, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Apresentação do relatório de atividades e contas do ano 2021; -----
2. Parecer do conselho fiscal sobre o relatório de atividades e contas do ano 2021;
3. Apreciação e votação do relatório de atividades e contas do ano 2021; -----
4. Outros assuntos de interesse geral. -----

A assembleia geral foi presidida pelo vice-presidente da mesa assembleia geral, Manuel Rafael Lopes. Compareceram à assembleia geral nove sócios. O vice-presidente da mesa da assembleia começou por dar as boas vindas a todos os sócios e avançou para o primeiro ponto da ordem de trabalhos. Assim, passou a palavra à secretária da direção Rubina Camacho de Barros, que apresentou o relatório de contas da valência centro comunitário "Jardins dos Ilhéus", esta valência tem uma receita total de cento e trinta mil euros (130.000.00€) e uma despesa total de cento e vinte e oito mil euros (128.000.00€), o que representa um saldo positivo de mil trezentos e vinte e três euros e quarenta e dois cêntimos (1323.42€). A receita provém, maioritariamente, do Instituto de Segurança Social da Madeira, no valor de setenta e cinco mil e seiscentos euros (75.600.00), do Fundo de Emergência ao Apoio Social (FEAS) no valor de nove mil euros (9.000.00€), do Fundo de Apoio à Economia Social (Social Ajuda +) no valor de cerca de cinquenta mil, seiscentos e setenta e oito euros (50.678,00), desde valor apenas foi considerado para efeitos de proveitos do exercício o valor de vinte e quatro mil e setecentos euros (24.700,00) ficando o remanescente no valor de vinte e cinco mil ,novecentos e setenta e oito euros (25.978,00) alocado aos fundos patrimoniais. O restante valor arrecadado corresponde a entregas por conta de processos judiciais no valor de dois mil, oitocentos e setenta e cinco euros (2.875,00€), donativos da Câmara Municipal do Funchal no total de três mil euros (3.000€), e donativos em espécie que atingiu cerca de seis mil euros (6.000.00€). -----

Relativamente ao ano transato observa-se um aumento das receitas desta valência, resultante dos programas de apoio que surgiram no âmbito da crise pandémica. Este aumento veio permitir cobrir os gastos com pessoal, equipamentos e outros gastos necessários para colmatar as novas obrigações de higiene e controlo impostas pela pandemia. -----

Em seguida a secretária da direção passou a apresentar as contas da valência centro de convívio de São Pedro, este centro apresenta um resultado negativo aproximadamente dois mil euros (2 000,00), com uma receita global de sessenta e dois mil euros (62.000.00 €) e uma despesa de sessenta e quatro mil euros (64.000.00€) incluindo o registo das amortizações do exercício e imputados dos subsídios ao investimento referentes a essas amortizações. -----

A receita provém do Centro de Segurança Social da Madeira, na ordem dos sessenta e um mil e oitocentos euros (61.800.00€), e das participações dos utentes. -----

Do lado da despesa, à semelhança do Centro Comunitário Jardim dos Ilhéus, o gasto com maior peso é relativo aos recursos humanos que absorve cerca de noventa por cento do total da despesa. -----

Relativamente ao ano anterior, observamos uma variação negativa, apesar de ligeira, do resultado global da valência, o que evidencia a necessidade de aumentar o nível de receitas desta valência de forma a manter o nível e qualidade de serviços prestados. ----

ATAS

Folha

21

Nº do livro

1

A Valência SAS -Serviço de Apoio Social, cujo centro foi criado em 2016 para registar os movimentos (receitas e despesas) com o apoio social dado aos residentes do Porto Santo que têm de se deslocar ao Funchal para algum tratamento/consulta hospitalar. -----
O protocolo assinado entre o Centro Luís de Camões e a Secretaria Regional da Inclusão e Cidadania, registou a manutenção do orçamento no valor de nove mil e quinhentos euros (9,500.00€) para 2021. As despesas tidas com esta valência são essencialmente gastos com equipamento, na ordem dos dois mil e quinhentos euros (2.500.00€) gastos com refeições, com manutenção, gastos com eletricidade, água, luz, limpeza e transporte num total na ordem dos dois mil duzentos e cinquenta euros (2,250.00 €). Acresce ainda o valor de mil euros referente a gastos com pessoal referente às horas de trabalho imputadas a esta valência. Adicionamento ainda dos gastos com amortizações do exercício, regista-se um prejuízo contabilístico nesta valência no valor de mil e setecentos euros (1.700.00€). -----

Em dois mil e vinte e um as transferências do Instituto de Segurança Social e Outras Entidades Públicas (Instituto de Emprego da Madeira, Secretaria da inclusão Social e Cidadania e da Camara Municipal do Funchal) cobrem cerca de noventa e um ,quatro por cento(91.4%) do total das despesas do exercício (excluído o valor imputado às amortizações do exercício), registando um aumento na ordem dos trinta mil euros (30.000.00€) relação a dois mil e vinte, mas que foi totalmente absorvido pelas necessidades (pessoal, equipamento e serviços) impostas pela pandemia. Assim, continua a ser imprescindível recorrer a outras formas de financiamento, nomeadamente as participações de utentes, feiras e donativos. Onde podemos destacar a estabilidade dos valores angariados pelas Coimas de Tribunal. -----

Analisando globalmente o orçamento, verificamos que a Associação Centro Luís de Camões teve uma execução orçamental em dois mil e vinte e um na ordem dos duzentos e dez mil euros (210,000.00€) e apresentou um resultado operacional negativo de dois mil duzentos e noventa e quatro euros e cinquenta e três cêntimos (2.294.53€). -----

Para concluir, importa referir que o saldo de caixa e depósitos bancários, a 31 de dezembro de dois mil e vinte e um, era no valor de ~~vinte e oito mil cento e noventa e quatro euros e cinquenta e um cêntimos. Duzentos e setenta e cinco euros e sessenta e sete cêntimos (28.194,51€).~~ *vinte e quatrocentos e noventa e cinco euros e sessenta e sete cêntimos (20.465,57€)* -----

Posteriormente a secretária da direção Rubina Camacho de Barros apresentou o relatório de atividades dois mil e vinte e um do centro comunitário "Jardim dos Ilhéus", do centro de convívio de São Pedro e do SAS (serviço de apoio social), referindo o número de utentes apoiados nas três valências da instituição, assim como os projetos/ atividades desenvolvidas nas diversas áreas de intervenção, e que constam do relatório de atividades.-----

Em seguida o vice-presidente da mesa da assembleia geral passou ao ponto dois da ordem de trabalhos, passando a palavra ao presidente do conselho fiscal Joel Nóbrega Basílio, que referiu que a deliberação tomada na reunião havida a vinte e oito de março daquele órgão, conforme ata em anexo, eram no sentido favorável à aprovação do relatório de contas. Assim e após debate foi colocada à votação pelo vice-presidente da mesa da assembleia geral o relatório de atividade e relatório de contas do ano dois mil e vinte e um, do centro de convívio, do centro comunitário e do SAS-serviço de apoio social, tendo sido aprovado por unanimidade pelos sócios presentes. -----

Em seguida, o vice presidente da mesa da assembleia geral passou a palavra ao presidente da direção, Mário Aguiar, que agradeceu a presença dos sócios e referiu que

ATAS

Folha 22
Nº do livro 1

a direção continua dedicada em trabalhar cada vez mais e melhor para persecução dos objetivos da associação, saudando o excelente trabalho da equipa de colaboradores e voluntários da associação, durante o ano 2021 que à semelhança do ano 2020 foi repleto de desafios, mas que foram suplantados pelo sentido de missão demonstrado pela equipa de trabalho.-----

Retomou a palavra o vice-presidente da mesa da assembleia geral que após verificar que mais nenhum sócio pretendia pedir a palavra e sem mais nenhum assunto a tratar, deu-se por encerrada a assembleia geral e lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada nos termos legais. -----

O vice-presidente da Mesa da Assembleia

Rafael Lopes

Manuel Rafael Lopes

Em tempo resumei... "vinte e oito mil cento e noventa e quatro euros e cinquenta e um cêntimos. Duzentos e setenta e cinco euros e setenta e sete cêntimos (28.194.15€)" e entrelinhei... "vinte mil quatrocentos e sessenta e cinco euros e setenta e cinco cêntimos (20.465.75€)."

Ata do Conselho Fiscal- nº14/2022

Data: 28 de março de 2022

Hora:18.00h

Local: Centro Luís de Camões (Sede)

Ordem de Trabalhos:

1. Apreciar e votar o relatório de contas referente ao ano 2021, comunicado pela direção da associação centro Luís de Camões.

Presenças:

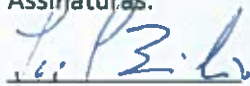
Joel Basílio (Presidente), Anabela Freitas (Relator) e Liliana da Silva (Secretária)

Deliberações:

O Conselho Fiscal aprovou por unanimidade:

1. Relatório de contas e relatório de atividades 2021 das valências Centro de convívio, Centro Comunitário e SAS (Serviço de Apoio Social).

Assinaturas:



Presidente



Relator



Secretaria